Economia

economia@oestadoms.com.br

O reajuste, bem abaixo das expectativas iniciais, foi possível porque o valor do kWh já foi reposicionado na RTE

Rosemeire Cecília da Costa, presidente do Concen/MS

Custo de Vida

Tarifas da Energisa MS ficam em média 3,22% mais caras

Distribuidora esperava por reajuste anual de até 6%; em 2015, altas superam os 31%

Rauster Campitelli

Leonardo de França/Arquivo OEMS

Em comércio de Campo Grande, já entre os meses de janeiro e fevereiro, conta de luz ficou R$ 612 mais cara

As tarifas da Energisa MS ficarão em média 3,22% mais caras a partir de hoje (8), conforme decisão homologada ontem (7) pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), o impacto será de 3,64% para consumidores de alta tensão e de 3,02% para os de baixa. Os novos valores serão aplicados para 942 mil unidades consumidoras localizadas em 73 municípios de Mato Grosso do Sul, sendo que, para os consumidores residenciais, o reajuste será de 2,74%.

"O reajuste, bem abaixo das expectativas iniciais, foi possível porque o valor do kWh já foi reposicionado na RTE (Revisão Extraordinária de Energia) e também devido ao prolongamento do prazo para pagar empréstimos que as distribuidoras de energia obtiveram no mercado para cobrir os gastos com o uso das termelétricas, solicitação central do Concen, formalizada em 29 de janeiro, quando protocolamos uma carta junto à Aneel", avalia a presidente do Concen (Conselho de Consumidores da Energisa MS), Rosimeire Cecília da Costa.

Na opinião do coordenador do Nepes (Núcleo de Pesquisas Econômicas) da Universidade Anhanguera-Uniderp, Celso Correia de Souza, a alta da energia elétrica reflete diretamente no comércio. "Padarias e confeitarias têm gastos consideráveis com energia e serão impactadas, assim como lojas que dependem de refrigeração", cita. Os aumentos pesaram sobre o cálculo da inflação em Campo Grande no mês de março.

Alimentação será a área mais afetada pelo reajuste da tarifa

Segundo ele, o aumento do custo da energia, aliado ao preço dos combustíveis, vai refletir principalmente no setor de alimentação. "Frutas, verduras e legumes são altamente perecíveis e dependem de refrigeração e transporte imediato", pontua, acrescentando que a indústria deve sentir o impacto do aumento da energia nos próximos meses. (Leia mais na A8)

Encarecimento da conta de luz em 2015 supera os 31%, devido a RTE

Em 2014, o reajuste médio das tarifas para os consumidores da Enersul foi de 14,24%. Neste ano, a alta acumulada é de mais de 31% uma vez que, em primeiro de março, entrou em vigor o reajuste médio de 27,86% referente à RTE (Revisão Extraordinária de Energia). Os efeitos do encarecimento da energia elétrica são sentidos desde o início de 2015, quando o consumidor passou a pagar um acréscimo na conta toda vez que a geração de energia no país fica mais cara, são as chamadas bandeiras tarifárias.

A reportagem de *O Estado* percorreu em meados de fevereiro a avenida Ana Luiza Souza, no bairro Pioneiros, uma das mais populosas da Capital. De acordo com o atendente da panificadora São José, José Victor Marçal, as medidas que a padaria começou a tomar foi a de desligar os freezers durante a noite, e não deixar mais nada na tomada. "Foi uma das soluções, mas mesmo com essas atitudes a energia não diminuiu, mas aumentou R$ 612", explicou à época. (RC, com Renata Volpe Haddad)

Regulamentação

Em meio a protestos, Câmara adia votação de projeto sobre terceirizados

Folhapress

Após os protestos das centrais sindicais e a rodada de negociações realizadas pelo governo federal, o relator do projeto que regulamenta as terceirizações no país, deputado Arthur Maia (SDD-BA), se reuniu nesta terça-feira (7) com o ministro Joaquim Levy (Fazenda) e disse ter aceitado algumas das sugestões feitas pelo governo federal, que teme perda de arrecadação com as mudanças.

De acordo com Maia, ele irá incorporar ao projeto a exigência de que as empresas que terceirizam mantenham a responsabilidade de pagar os encargos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores –Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e a contribuição ao INSS–, além dos tributos devidos, como Imposto de Renda e PIS/Cofins. Ou seja, em vez de repassar todo o valor acertado para a empresa que contratou, a chamada "empresa-mãe" irá reter a quantia para pagamento, de forma direta, dessas exigências.

O temor do governo era o de que houvesse aumento de calote de impostos e obrigações previdenciárias e trabalhistas por parte das terceirizadas. Maia disse ainda ter recusado a proposta de Levy de alterar as regras de distribuição de dividendos, mas não soube explicar qual era exatamente a demanda do governo nesse ponto. Arthur Maia também afirmou que o projeto trará regras para evitar que empresas se aproveitem da mudança para adotar brechas com o objetivo de reduzir os encargos trabalhistas e os impostos, a chamada "pejotização".

Nessa situação, funcionários são instados a sair do regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) para continuar exercendo a mesma função na empresa como prestadora de serviços, na condição de PJ (Pessoa Jurídica), daí o termo "pejotização". Isso leva as empresas a gastar menos com impostos e com encargos trabalhistas. Maia não detalhou quais serão essas regras.

Após reunião dos líderes das bancadas partidárias, ficou acertado que a Câmara tentará aprovar nesta terça-feira a tramitação do projeto em regime de urgência, passo necessário para que ele fique pronto para votação no plenário. A promessa do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), é votar o mérito da proposta nesta quarta-feira (8).

Serviço Postal

Serviços dos Correios terão reajuste linear de 9,32%

Agência Brasil

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, autorizou um reajuste linear de 9,32% dos serviços postais e telegráficos, nacionais e internacionais, prestados exclusivamente pelos Correios.

A portaria foi publicada nesta terça-feira (7), no Diário Oficial da União. O preço de cada serviço será definido pelo Ministério das Comunicações. Qualquer outro reajuste de tarifas "somente poderá ser implementado depois de decorridos 12 meses, no mínimo", informa a portaria. Com o reajuste, uma carta comercial de até 20 gramas poderá custar R$ 1,41, conforme o que for decidido pelo Ministério das Comunicações. Um telegrama nacional pré-pago emitido na agência poderá custar R$ 8,50, por página, de acordo com tabela publicada em anexo à portaria.

Carta não comercial e telegramas estão entre os serviços reajustados

De acordo com os Correios, o primeiro porte da carta não comercial, por exemplo, terá o valor corrigido de R$ 0,85 para R$ 0,95. Para telegrama nacional redigido pela internet, a tarifa passa de R$ 5,37 para R$ 5,87, por página. A tarifa da carta social, destinada aos beneficiários do Programa Bolsa Família, permanece inalterada em R$ 0,01.

Os Correios informam que os serviços são reajustados com base na recomposição dos custos repassados à empresa, como o aumento dos preços dos combustíveis, os contratos de aluguel, transportes, vigilância, limpeza e os salários dos empregados. O último reajuste ocorreu em junho de 2014.

Setor automotivo

Montadoras reduzem previsão de produção em 10% em 2015; vendas cairão até 12%

Diante dos números ruins do primeiro trimestre, a Anfavea (associação nacional das montadoras) revisou as previsões de produção e vendas para 2015.

De acordo com os dados divulgados nesta terça-feira (7), a produção de veículos leves e pesados deverá ser 10% menor em 2015 em relação a 2014. Antes, a entidade previa estabilidade, com expectativa de leve crescimento.

A queda na produção de carros de passeio e comerciais leves entre janeiro e março ficou em 14,3% na comparação com igual período de 2014. A situação é mais grave no segmento de caminhões, com retração de 49,3%. Na média, a indústria automotiva recuou 16,8%.

O nível dos estoques também subiu, chegando a 46 dias em março (ante 42 dias em fevereiro).

As vendas de carros de passeio e comerciais leves caíram 16,2% no trimestre em relação ao ano passado, o que fez a Anfavea reconsiderar os números de licenciamento para 2015. A entidade calcula queda de 12,3% neste ano, já considerando melhora no segundo semestre. Dessa forma, seriam licenciados cerca de 3,04 milhões de veículos neste ano.

GM Brasil/Assessoria

Montadoras enfrentam período difícil, após ter fechado 2014 em estagnação; cenário econômico pesa sobre o setor

Para o setor de caminhões, a associação prevê queda de 32,5%.

"O segundo semestre será melhor, mas os próximos três meses ainda apresentarão dificuldades. Enquanto não houver a aprovação de todas as medidas de ajuste fiscal, o mercado ficará se perguntando como será o amanhã. Isso cria um cenário de incerteza", disse Luiz Moan, presidente da Anfavea.

A demissão de cerca de 1.460 funcionários neste início de ano (redução de 1% nos postos de trabalho) é um dos pontos principais das conversas entre a Anfavea e o governo.

A entidade quer um plano de proteção ao emprego que vá além dos mecanismos adotados atualmente. Umas das propostas é adequar a carga horária aos índices de retração, ajustando à produção nas linhas de montagem. (Folhapress)

INFORME

Tendo em vista a informação equivocada que diz que a aprovação do Projeto de Lei que regulamenta a terceirização vai gerar um rombo de R$ 20 bilhões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) tem a esclarecer o seguinte: "Vemos na aprovação do projeto uma grande chance de formalizar vários setores da economia e, consequentemente, de aumentar a arrecadação. Precisamos melhorar as condições de emprego e especializar cada vez mais os trabalhadores, mas só mediante a regulamentação da atividade podemos atingir esse objetivo. Não existe a mínima chance de a regulamentação da terceirização diminuir a arrecadação do FGTS". José Carlos Martins presidente da CBIC.

Camara Brasileira da Industria da Construção CBIC
SINDUSCON-MS